

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GÉRIAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**Gabrielle Regina Rosa do Carmo**

**PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO: A VISÃO DOS GUIAS  
SOBRE A POPULAÇÃO DO ENTORNO EMBASADO NO PLANO  
DE MANEJO**

Belo Horizonte

2017

Gabrielle Regina Rosa do Carmo

**PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO: A VISÃO DOS GUIAS  
SOBRE A POPULAÇÃO DO ENTORNO EMBASADO NO PLANO  
DE MANEJO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade Federal de  
Minas Gérias, para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências  
Socioambientais, orientada pelo Prof.  
Dr. Klemens Augustunus Laschefski

Belo Horizonte

2017

**GABRIELLE REGINA ROSA DO CARMO**

**PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO: A VISÃO DOS GUIAS  
SOBRE A POPULAÇÃO DO ENTORNO EMBASADO NO PLANO  
DE MANEJO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal  
de Minas Gerais, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências  
Socioambientais, sob a orientação  
do Professor Klemens Augustomos  
Laschefski

Ciências Socioambientais.

Data da defesa:

Resultado:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Klemens Augustomos Laschefski (Orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof.  
Universidade Federal de Minas Gerais

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente os meus pais Katya e Paschoal, pelas oportunidades que me concederam, por me apoiarem nesse processo de graduação, por sempre me incentivar e por me ensinaram a ser o que sou hoje.

Igualmente agradeço ao meu irmão Geovanni e aos demais familiares que sempre me apoiaram e me deram forma para seguir meu caminho.

Agradeço as minhas amigas Francielle, Júlia e de maneira especial aos amigos que essa graduação me proporcionou, obrigado principalmente pelos momentos de alegria.

Agradeço também a todos os docentes que tive contanto durante a graduação, por todo conhecimento adquirido, e de maneira especial ao meu orientador Klemens Laschefski.

## Resumo

As unidades de conservação (UCs) são ferramentas usadas para garantir a conservação da biodiversidade. As mesmas devem dispor de um plano de manejo, ferramenta que auxilia a organização das Ucs.

O objetivo principal do trabalho é realizar uma análise da relação do Parque Estadual do Sumidouro (PESU) com a população do entorno, a partir da visão dos guias, considerando o cumprimento das determinações previstas no plano de manejo desta UC.

Com isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove guias do PESU. Constatado a existência de situações conflituosas na relação do parque com a população do entorno, como incêndios criminosos. Mas em virtude dos trabalhos de educação ambiental que acontecem nas escolas da região, que possui como um dos objetivos educar as crianças para que elas possam educar os pais, a comunidade está frequentando mais o parque.

A implementação do Parque Estadual do Sumidouro, aconteceu de maneira tardia, e quando efetivada trouxe muitas mudanças no cotidiano das comunidades do entorno, o que pode ter gerado aversão ao parque e situações conflituosas. Fato que vem sendo minimizado pelos trabalhos de educação ambiental realizados nas escolas da região. Mas ainda é necessário que haja incentivos para que essa população se envolva com o parque.

**Palavras-chave:** Plano de Manejo; Unidade de Conservação; Conflito; População do Entorno; Parque Estadual do Sumidouro

## **Lista de Tabelas e Figuras**

Figura 1: Mapa Limites Parque Estadual do Sumidouro .....	20
Tabela: Ficha Técnica da Unidade de Conservação .....	21

## **Lista de Siglas e Abreviações**

APA – Área de Proteção Ambiental

APIC – Aulas Práticas Integradas de Campo

Ceacav – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEF – Instituto Estadual de Florestas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PESU – Parque Estadual do Sumidouro

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UCs – Unidades de Conservação

WWF – World Wide Life Fund For Nature

## Sumário

1. Introdução .....	5
2. Metodologia.....	13
3. Participação e Conflitos em Unidades de Conservação.....	14
4. O Parque Estadual do Sumidouro e a População do Entorno .....	20
5. A visão dos guias do Parque Estadual do Sumidouro .....	29
6. Considerações Finais .....	39
7. Referências Bibliográficas .....	43
8. Anexo .....	46

## **Introdução**

As unidades de conservação (UCs) são uma das ferramentas utilizadas para conter a depredação dos recursos naturais, tendo como objetivo garantir a preservação dos ecossistemas e de suas biodiversidades. Com esse intuito foram criadas diversas categorizações de unidades de conservação, regularizadas no Brasil pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Essas áreas estão divididas em dois grandes grupos, o de uso sustentável e o de proteção integral. De acordo com a lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em seu artigo 7º, as unidades de conservação de uso sustentável visam a conservação da natureza, sendo permitido o uso sustentável de parcelas de seus recursos naturais. Já as unidades de conservação de proteção integral, como mencionado nesse mesmo artigo, possuem o objetivo de preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto de seus recursos, os parques nacionais são um dos integrantes dessa categoria.

Quando tratamos de conservação da biodiversidade na frente de batalha contra a exploração exacerbada dos recursos naturais, provocada pelo avanço da agricultura ou dos processos de urbanização, as unidades de conservação são um importante aliado, pois elas proporcionam restrições e especificidades em relação ao uso e ocupação do solo, visando garantir a manutenção da biodiversidade.

Mas apenas a criação dessas UCs pode não ser suficientes na prevenção dos possíveis danos aos recursos locais disponíveis. Um mecanismo norteador para a implementação e gestão das UCs são os Planos de Manejo. Que devem ser elaborados a partir de uma análise da região onde a UC será implementada, alicerçado a um levantamento das suas especificidades e fragilidades, respeitando as limitações locais.

As unidades de conservação devem possuir um Plano de Manejo, que é regulamentado pela lei 9.985/00, no seu artigo 27º, devendo abranger além das medidas na área da UC, as zonas de amortecimento e corredores ecológicos, e

as estratégias de integração com as comunidades do entorno. Conseqüentemente é necessário um processo de consulta à população durante a elaboração do plano de manejo, principalmente quando esta faz uso dos recursos ambientais da área. As Unidades de Conservação contam com um prazo de cinco anos a partir de sua criação para formulação de seu plano de manejo. De acordo com a lei 9.9985/00, artigo 28º, quaisquer alterações, ou seja, atividades que esteja em desacordo com o Plano de Manejo e suas determinações estão proibidas. E o parágrafo único, também do artigo 28º da lei 9.985/00, prevê que até a elaboração desse plano as atividades e obras desenvolvidas na área de proteção integral devem se limitar àquelas que garantem a integridade de seus recursos.

Então o plano de manejo é um documento técnico que define objetivos de uma unidade de conservação, visando o seu bom funcionamento, o respeito às suas diretrizes e metas. É uma ferramenta que auxilia a organização das UCs e das atividades que nela serão desenvolvidas, como a recuperação de áreas degradadas, e quando permitido, oferecer a infraestrutura necessária para o público visitante, assim como promover a integração socioeconômica com as populações do entorno.

Em resumo, o plano de manejo prevê uma contextualização dos cenários no qual está inserida a instituição, assim como suas especificidades e o planejamento da mesma, para que essa possa atingir seus objetivos, de acordo com sua categorização.

Mas mesmo diante do aparato legal que prevê a criação do Plano de Manejo questionamos se as unidades de conservação conseguem de fato fazer uso desse instrumento administrativo garantindo o cumprimento de suas metas e determinações de maneira satisfatória.

Quando se fala de unidade de conservação, muitas vezes lembramos primeiro dos fatores biológicos como a vegetação e os animais. Mas esquecemos frequentemente que as demandas sociais também são importantes.

Desta forma, a implantação de uma unidade de conservação, como os parques, não é uma tarefa fácil, pois é cercada de muitos desafios para que os objetivos almejados sejam alcançados. Muitas vezes a população do entorno têm seus modos de vida alterados em diversos níveis, como por exemplo, alguns são obrigados a mudar suas residências, outros perdem parte de sua subsistência com a proibição da pesca e coleta de frutos, podendo também ser impedidos de frequentar áreas que antes eram consideradas como ponto de lazer, o que pode ser visto por eles como algo negativo.

Um relatório do WORLD WILD LIFE FUND FOR NATURE (WWF) – Brasil –, divulgado em 2002, mostrou que quase metade das Unidades de Conservação (UCs), que somam 43%, estão muito ou medianamente vulneráveis e mais da metade (55%) está em situação precária de implementação. Para o instituto, além de as unidades de conservação no País não serem em suficiente, os parques e reservas existentes não estão adequadamente protegidos e, assim, não cumprem a sua função. (OLIVEIRA, 2005 p.57).

Em consequência, para uma implementação efetiva é necessário um processo que tem como um dos principais desafios a mediação da relação entre os diversos atores envolvidos, como por exemplo, os representantes da UC e os moradores do entorno.

Apesar do crescente reconhecimento da necessidade do maior envolvimento das populações locais no processo de criação de unidades de conservação, observa-se que na formulação do Plano de Manejo dessas UCs os aspectos sociais referem-se ainda principalmente às regras em relação aos espaços que podem ser utilizados para visitação, a infraestrutura e ao tratamento oferecido aos visitantes. Recentemente, também são abordados temas como a relação e aceitação da UC pela vizinhança, e como ela contribui para o seu bom funcionamento. Procura-se também dar mais atenção aos possíveis conflitos com o entorno, devido, por exemplo, as desapropriações e restrições de uso do território. O que deve ocorrer por meio de consulta popular aos moradores do entorno.

Levando isso em consideração, foi realizada uma análise dos aspectos sociais que são tratados no plano de manejo do Parque Estadual do Sumidouro, situado nos municípios de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa – Minas Gerais, visando avaliar a relação dos funcionários do parque com a população do entorno. O enfoque se concentra em possíveis situações de conflito e se os mesmos vêm sendo minimizados por meio das medidas previstas no Plano de Manejo do parque.

Apesar dos avanços na gestão participativa das Unidades de Conservação a relação com a população do entorno ainda se configura um grande desafio. Isto porque muitas vezes trata-se de territórios usados pela população local, com formas específicas, que as insere na dinâmica natural, fazendo com que respeitem as limitações do seu ambiente, podendo contribuindo para a sua preservação. Diegues (1994) destaca neste contexto o conflito entre a visão da sociedade moderna da natureza intocada com ideal da proteção e a prática da etnoconservação dos grupos tradicionais.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma "proteção total". (DIEGUES, 1994 p.32)

Segundo Diegues (1994) a criação de parques é a principal estratégia para a conservação da natureza protegendo-a contra os avanços do desenvolvimento urbano-industrial, pois nessas áreas de proteção não é permitido residências e intervenções humanas na natureza que são vistas como algo negativo. Contudo, a convivência harmônica de alguns povos, como os indígenas, é desconsiderada. No processo de criação dessa categoria de unidade de conservação a população local sofre com as desapropriações, algumas sem indenizações, além disso, tem o uso de determinadas áreas que passam a ser restrito. O que pode acabar gerando problemas com a população do entorno e um grande desafio é convencê-los dos benefícios das unidades de

conservação. Com isso, estes grupos podem ser tratados como aliados, tendo sua relação com a natureza respeitada:

E dentro desse quadro que se pode pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza é afirmada positivamente, não de forma excludente como hoje prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais. Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. (DIEGUES, 1994)

A história ambiental tem como um de seus objetos de estudo as diferentes formas de apropriação da natureza pelos homens. Há algumas sociedades que possuem uma relação mais próxima com o meio ambiente, interagindo diretamente com esse sistema respeitando seus limites e contribuindo para sua manutenção, um exemplo disso são as comunidades tradicionais como, entre outros, os quilombolas, os geraizeiros, os povos indígenas.

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra. (DIEGUES,1994, p.10)

Na concepção mítica das *sociedades primitivas e tradicionais* existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico. (DIEGUES,1994, p. 37)

Mas “...na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais” (TUAN, 1980, p.110). Nessas sociedades os seres humanos são considerados superiores aos demais seres vivos por serem dotados de capacidade cognitiva, com um amplo sistema de comunicação e uma cultura que se viu e se vê no direito de usufruir dos recursos naturais se preocupado apenas com o seu bem-estar (HARARI, 2015). O homem é visto como um ser separado da natureza, e superior a ela (THOMAS,2010). Com a industrialização, e o crescimento das cidades as condições ambientais pioraram. E as cidades se tornaram cada vez mais

insalubres e desagradáveis. Uma das consequências desse processo foi a volta da valorização da natureza como espaços de refúgio e reflexão contra os ambientes cada vez mais mórbidos das cidades. Nesse sentido começam a surgir ideias de preservação e do uso de algumas áreas através da restrição do acesso aos mesmos, o que pode ter sido um dos impulsionadores para a criação das unidades de conservação. (ARAUJO, 2007, p.26)

O primeiro parque tem origem nos Estados Unidos em meados do século XIX, no ideal de proteção à natureza em espaços reservados e de controle do poder público. Foi em 1872 que surgiu o Parque Nacional de Yellowstone considerado uma referência para as unidades de conservação modernas. As belezas naturais eram a princípio o maior determinante para a criação deste tipo de unidades de conservação. Era uma forma de proteger os ambientes naturais, além do grande potencial turístico que esses ambientes passaram a proporcionar. (ARAUJO,2007, p.28)

Quando o assunto é unidade de conservação no século XIX nos EUA, de acordo com Araujo (2007), observamos o desenvolvimento de duas correntes distintas: uma defendida por Gifford Pinchot (1865-1946) e a outra por John Muir (1838- 1914), o primeiro é conservacionista e defende a preservação de áreas virgens permitindo seu uso de maneira mais restrita voltado à questão educacional, já o segundo é preservacionista defende a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável.

No Brasil os parques começaram a surgir em 1937 e os primeiros criados foram o Parque Nacional do Itatiaia (Decreto 1.713), e em 1939 o Parque Nacional do Iguaçu (Decreto 1.035) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Decreto 1.822) também tinham como motivadores da criação suas belezas cênicas e a aptidão para se exercer o turismo. O primeiro mecanismo de legislação ambiental foi o Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), sendo reformulado e sancionada em 1965 um Novo Código Florestal (Lei nº 4.771). A constituição federal de 1988 também traz avanços para a proteção ambiental em seu artigo 225º com os seguintes dizeres:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (BRASIL, 1988)

É a partir daí que se nota maiores avanços na proteção do meio ambiente no país, dando continuidade a esse movimento em 2000, a partir da Lei 9.985 foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), no qual as Unidades de Conservação estariam divididas em dois grandes grupos: os de proteção integral que abrangem as modalidades de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio

da Vida Silvestre; e o segundo grupo de unidades de uso sustentável que são Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Nesta lei os parques se apresentam da seguinte forma:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (BRASIL, 2000)

O SNUC tem como função estabelecer as normas de criação, implementação e gestão das unidades de conservação. Com base nessa lei a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de um estudo técnico e de consulta popular, para estabelecer seus limites e o plano de manejo da instituição criada.

Durante a disciplina Aulas Práticas Integradas de Campo do curso Ciências Socioambientais no Parque Estadual do Sumidouro em 2013, verificou-se que no parque há tensões entre a UC e a população local devido às restrições de atividades que eram anteriormente realizadas na área. A partir desta experiência surgiram os questionamentos que se procura investigar neste trabalho: Há uma relação conflituosa entre o parque (os guias) e a população do entorno e em que grau as determinações previstas no plano de manejo ao que se refere à população do entorno estão sendo efetivadas?

Dessa forma o objetivo principal é realizar uma análise da relação do Parque Estadual do Sumidouro com a população do entorno, a partir da visão dos guias, considerando o cumprimento das determinações previstas no plano de manejo desta UC.

Os objetivos específicos foram analisar:

- O conhecimento dos guias do Parque Estadual do Sumidouro sobre o Plano de manejo.
- A relação dos guias do parque com a população do seu entorno, e se existem situações de conflitos entre esses grupos.
- Se existe programas para aproximar a população do entorno com o parque, influenciam o sentimento de topofilia da comunidade com a área.
- Se há diferenciação na forma de tratamento dos visitantes que residem no entorno do parque, comparado com os demais visitantes.
- Qual o uso do parque pela população do entorno como fonte de lazer.
- Como é o treinamento e a preparação dos funcionários, em especial dos guias do parque para lidar com os visitantes residentes ou não do entorno.

## **Metodologia**

O ponto de partida da investigação foi Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro, de novembro de 2008, considerando que ele define as medidas em torno da relação da UC com a população do entorno, sendo que os guias são os sujeitos responsáveis para o cumprimento das diretrizes sobre os aspectos sociais.

Além disso, foi realizada pesquisa documental sobre o tema em acervos da biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humana também da UFMG, além do conteúdo de fontes digitais disponíveis na internet, com o intuito de fomentar o embasamento teórico do trabalho.

De acordo com, Boni e Quaresma (2005), nas entrevistas semiestruturadas, os informantes podem discorrer sobre o tema, e o pesquisador tem a possibilidade

de direcionar e contextualizar as perguntas, se baseando nos objetivos dos estudos, evitando que o entrevistado fuja no assunto, e esclarecendo possíveis dúvidas. Além de possibilitar uma maior aproximação entre as partes envolvidas nas entrevistas, o permite uma maior abertura para se tratar de assuntos delicados e complexos. O que proporciona ao entrevistador fazer uma leitura dos comportamentos e atitudes do entrevistado, assim como dos aspectos valorativos e afetivos.

O trabalho de campo para coleta de dados, junto aos guias do Parque Estadual do Sumidouro, se baseou na realização de entrevistas semiestruturadas (anexo), em julho de 2016. No total foram realizadas nove entrevistas, as quais foram gravadas mediante autorização dos guias.

O grupo escolhido para responder os questionários foram os guias da instituição pelo fato desses terem um contato maior com o público da unidade de conservação, com a população do entorno e de participarem de projetos que envolvem o parque como o de educação ambiental.

## **Participação e Conflitos em Unidades de Conservação**

Em muitos casos a criação das unidades de conservação é um processo que ocorre “de cima para baixo”, fator que acaba limitando a participação, já que nem todos os atores afetados possuem voz no processo de planejamento de uma UC. Além disso, cada local apresenta especificidades que devem ser respeitadas, evitando possíveis conflitos entre os diversos atores envolvidos. Garantindo uma implementação eficiente. Conseqüentemente, para se construir um bom relacionamento entre as partes, todos os afetados devem ser conscientizados sobre a instituição e sobre as conseqüências que por ela serão geradas.

Não é possível manter um relacionamento amistoso com uma parcela da população sem anteriormente formalizar-se uma relação de respeito e amizade com seus líderes. Em diversas UCs, uma reclamação é quase unânime: a abordagem arrogante dos funcionários que acaba distanciando o homem comum das áreas protegidas. (PEREIRA, 2005, p.133)

Em muitos casos a participação da população do entorno ou não existe ou é insuficiente. E em outros casos, apesar dos afetados serem ouvidos, suas demandas não estão sendo analisadas - um problema que pode acabar eclodindo em conflitos. Com isso, tem se observado que:

O debate sobre a participação tem tomado fôlego atualmente, principalmente diante dos grandes problemas enfrentados pelas instituições gestoras das unidades de conservação, relativos à manutenção desses espaços, em razão dos diversos conflitos com a população local. Tais embates têm sido gerados, em larga medida, pela imposição de restrições a essas populações no uso dos recursos naturais e pelo impedimento da sua permanência no território a ser preservado. No âmbito dos projetos conservacionistas, a cooperações entre as áreas protegidas e seu entorno tem sido considerada como uma importante estratégia para a superação dos conflitos. Dessa mesma forma, as políticas participativas têm sido em geral compreendidas como uma alternativa para obter adesão da população local com à proposta de conservação, bem como para a manutenção das UCs a longo prazo. (PARAÍSO,2005, p.144)

Por isso, o estudo da região e de suas especificidades é uma importante ferramenta que contribui tanto para um bom relacionamento, quanto para o apoio à implementação da UC, possibilitando assim a conscientização adequada dos atores locais.

O conhecimento da realidade local, dos desejos e objetivos da população com a qual se irá trabalhar é um importante princípio das abordagens participativas. Sob a premissa da participação, a incorporação do conhecimento local nos programas de conservação ambiental e desenvolvimento social seria capaz de reduzi a predominância do discurso técnico científico e promover o “empoderamento” da população local. (PARAÍSO,2005, p.149)

Apesar dos dispositivos legais sobre a participação, na atualidade os processos de implantação de unidades e programas de conservação ainda ocorrem de maneira impositiva, sem alcançar efetivamente todos os atores envolvidos. Os discursos técnicos estão sendo mais valorizados do que a cultura, os saberes e as formas de interações sociais da população afetada.

Sob o risco de desconsiderar as verdadeiras relações existentes no território. Essa forma autoritária de implementação pode causar impacto direto no avanço e sucesso das ferramentas de conservação, além de dificultar sua aceitação e o reconhecimento da UC pela população local. “Para Herrmann e Costa (1998), na maioria das vezes, a participação na gestão das UCs não é um processo efetivo: a decisão se dá em outras instâncias, externas aos “fóruns de participação.” (PARAÍSO, 2005, p.152).

É necessário que os modelos de participação sempre sejam remodelados, adaptados às realidades e especificidade locais, requisitando a interação e discussões com a população, para que suas demandas sejam consideradas e soluções adequadas sejam encontradas.

Conforme já foi dito, o receio de que a diversidade de interesses (por vezes conflitantes) desvirtue os objetivos da conservação ambiental tem sido também uma das razões para que a participação na gestão de UCs seja alvo de monitoramento e mesmo de resistência. (PARAÍSO, 2005, p.159)

Observa-se que a participação em projetos de conservação ambiental tem sido reduzida a uma série de técnicas e métodos, o que, de fato, tem inibido o seu caráter emancipatório e fortalecido o seu potencial “tirânico”. Sendo assim, a complementariedade entre os saberes técnico-científico e local e a integração entre os objetivos das comunidades locais e os projetos conservacionistas, objetivos que integram o discurso da participação social, acabam encontrando pouca possibilidade de realização. (PARAÍSO, 2005, p. 165)

A supervalorização dos saberes técnicos-científicos pode ser prejudicial aos objetivos das Unidades de Conservação, pois as informações transferidas para a população afetada, nem sempre são compreensíveis, com em relação as consequências produzidas pela a criação da UC, o que pode contribuir para a sua rejeição.

Dessa forma, a divergência entre opiniões, conhecimento, informações podem gerar conflitos, por divergências na ocupação do território, como caracterizado a seguir:

Depreende-se, destas constatações, que os conflitos são fenômenos da vida de relações e são gerados a partir dos interesses sociais. Os interesses em conflito configuram-se na viabilização de espaços, ao modo de vida diferenciado na apropriação e no uso dos recursos. Estas ocorrências são expressas na maneira como os atores estão envolvidos no uso e na gestão dos recursos, nas interrelações com as instituições participantes, na maneira como ocorrem os processos decisórios, nas relações de força que configuram uma dada situação de acesso ou não aos recursos, associadas a questões de competência comum e concorrente. (OLIVEIRA, 2005 p.57)

Como os conflitos envolvem diversas dimensões sociais, econômicas e ambientais, acredita-se que o diálogo entre os atores envolvidos seria a melhor forma de dar um fim ao impasse, mas para isso é necessário levar em consideração:

(...) a existência de distintas formas de conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos da sociedade que não raro, acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas. (...) conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processo de apropriação do território, o qual alude a territorialidades para além dos espaços físicos, sociais e culturais(...) (ZHOURI, LASCHEFSKI, PERREIRA, 2005, p.12)

Brito também alega que:

No Brasil, as políticas de criação e manutenção das UC's são reflexos do contexto internacional, já que são geralmente impostas pelo poder público às populações locais. Isto gera uma série de conflitos à concretização dos objetivos preservacionistas dessas áreas, pois a ocupação humana e a utilização dos recursos não são equacionadas de modo satisfatório para ambos os segmentos. (BRITO, 2008)

Por isso, para o bom funcionamento das unidades de conservação as questões sociais não podem ser colocadas de lado. É fundamental a forma como a população interage com o meio ambiente no qual está inserida, assim como, a maneira como essa afeta e é afetada pelo meio, e como essa relação vai influenciar as UCs:

A esse respeito Acselrad (2004) afirma que os conflitos ambientais têm origem quando, pelo menos, um dos grupos sociais envolvido com o espaço tem as formas de apropriação do meio ameaçadas por impactos indesejáveis, decorrentes das práticas de outros grupos que passam a integrar o território. É o que acontece quando da criação de uma UC, pois novos atores e ações passam a ser agregados ao espaço. O ato de criação de uma UC é por si só limitador das atividades econômicas e culturais das populações residentes na área. (BRITO,2008)

Essas situações de conflito podem ser geradas devido à maneira como o território é apropriado e as mudanças que nele acontecem, principalmente às impostas por novos atores que acarretam em novas forma de interação com o território, visto muitas vezes como uma ameaça pelos atores que já estavam instalados naquele meio.

Inúmeras pesquisas vêm comprovando a formação de conflitos para populações que, por gerações, habitaram as áreas que se tornaram parques. Para DIEGUES (1998, p.37), estes conflitos são “decorrentes de uma visão inadequada das áreas protegidas, aliadas a fatores como conflitos fundiários, noção inadequada de fiscalização, corporativismo de administradores, expansão urbana, profunda crise econômica e dívida externa”. (OLIVEIRA, 2005 p.63)

E mais adiante a autora aborda a questão da sustentabilidade diante dos conflitos:

No contexto da sustentabilidade dos parques nacionais, o entorno passa a desempenhar um papel preponderante na proteção dessas áreas, por formar uma faixa de proteção para as áreas protegidas; por outro lado, a imposição, conforme o demonstraram as pesquisas, o transforma em palco de muitos conflitos para as comunidades que sempre habitaram tais áreas. (OLIVEIRA, 2005 p.78)

Observa-se que apesar do SNUC reconhecer a necessidade de processos consultivos na elaboração dos planos de manejo, as implementações das UCs ainda configuram frequentemente com processos conflituosos. Este é também o caso do plano de manejo do Parque Estadual do Sumidouro como vimos a partir da pesquisa realizada durante a disciplina Aulas Práticas Integradas de Campo realizada ano de 2013. O principal conflito encontrado na sua

implementação é a restrição do uso de áreas principalmente relacionadas ao lazer, utilização de produtos da natureza, mais também existem questões relativas à desapropriação de áreas produtivas.

Como mencionado anteriormente, algumas informações no que diz respeito à população do entorno que foram coletadas, durante as APICS, buscaram uma compreensão da relação do entorno com ao PESU e o as prováveis causas de conflitos. Os resultados apontam principalmente para as restrições de acesso áreas como a da lagoa, além da falta de informação ao processo de implantação do parque e sua função.

(...) contudo demonstra insatisfações com a proibição do livre acesso à sua área. Antes da criação do parque, a população usufruía da área para pescar, retirar lenha ou simplesmente como área para lazer. Muitas são as queixas das comunidades em relação à proibição de uso do local, já que muitos de seus costumes e práticas estão relacionados à área do Parque. Alguns moradores relatam seu sentimento de frustração e angústia quando pensam que não podem mais ir aos locais onde brincavam durante sua infância e tiveram outras inúmeras experiências e recordações. O valor que essas pessoas dão a esses locais não está sendo assegurado no processo de gestão do ambiente natural, uma vez que é necessário que as mesmas paguem para poder entrar em local que uma vez já lhes foi de livre acesso.

Os moradores questionaram a falta de informações e esclarecimentos mais precisos sobre as permissões e restrições da UC. Muitos dos entrevistados não sabem qual é a função do IEF e alegam que não foram consultados no processo de criação do PE do Sumidouro. Os moradores da comunidade afirmaram que foram informados sobre algumas normas referentes ao Parque somente após sua criação, mas tais informações ainda não lhes são tão claras. (Padoan e Souza, 2013)

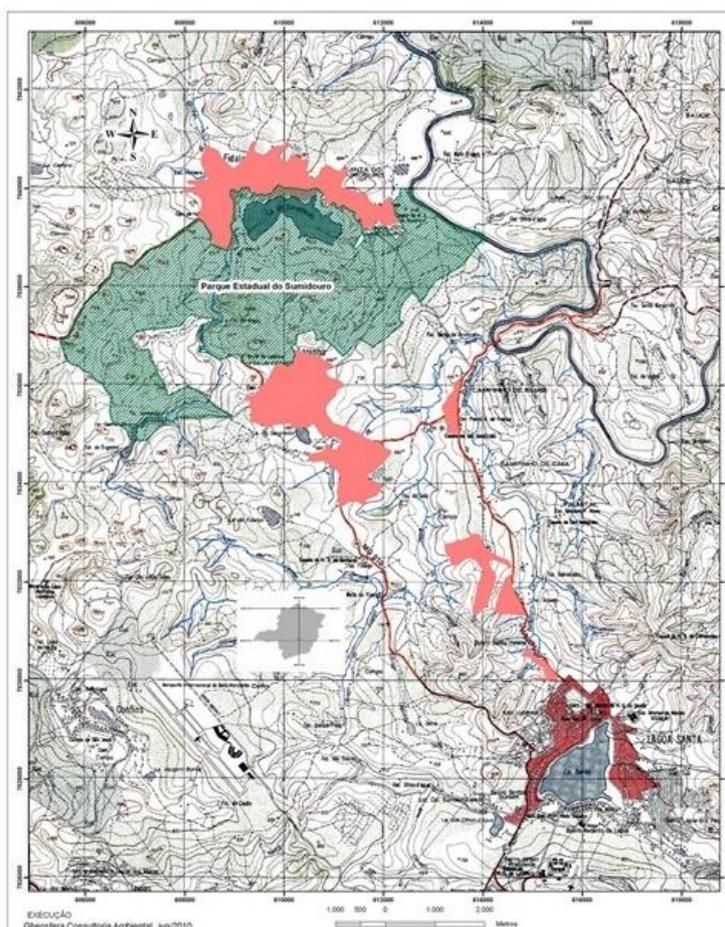
Esses trabalhos demonstraram que não existe uma boa relação comunidade/parque “Os entrevistados afirmaram não utilizar e visitar a área do parque, e os vínculos que se estabelecem entre a comunidade e o PESU são ligados apenas à relação de trabalho, visto que a maioria dos funcionários pertence à comunidade.” (PEREIRA, FARIA, SANTOS, COSTA, 2013).

Diante disso, fica claro que tornar o parque benéfico para a comunidade e como envolve-la mais efetivamente nesse processo é um desafio.

## O Parque Estadual do Sumidouro e a População do Entorno

De acordo com o SNUC os parques, sejam eles nacionais ou estaduais se enquadram na categoria de proteção integral, tendo como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais possibilitando a realização de pesquisas científicas, atividades educativas e de lazer. A seguir será apresentada uma descrição das características do Parque Estadual do Sumidouro (PESU), de acordo com o plano de manejo desta UC.

Figura 1: Mapa Limites Parque Estadual do Sumidouro



Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro, Manual de Gestão Ambiental. Outubro 2010. p.1

O Parque Estadual do Sumidouro se localiza ao norte da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, inserido dos municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, com a área de 2.003,2550 hectares. Foi criado a partir do

decreto nº 20.375 de 3 de janeiro de 1980, mas pouco foi efetivado em quase trinta anos desde sua criação, é no final de 2007 que isso começa a mudar com o Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG que realizou estudos para redefinir os limites parque o resultado foi Decreto nº 44.935 de 03 de novembro de 2008. (MINAS GERAIS, 2008)

O Parque encontra-se inserido na APA Carste de Lagoa Santa, caracterizada como área de uso sustentável, gerenciado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), integrando também o Cecav – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas.

### Ficha Técnica da Unidade de Conservação

Nome da Unidade de Conservação: <b>Parque Estadual do Sumidouro</b> Gerência Executiva, endereço e telefone: <b>Diretoria de Áreas Protegidas/ Gerência de Gestão de Áreas Protegidas</b> Unidade Gestora Responsável: Rogério Tavares de Oliveira	
Endereço da Sede:	Rua Espírito Santo, 495 – 8º andar
Telefone:	Belo Horizonte/MG-CEP:31.630-900
Telefone	(31)3915-5454
Fax	
E-mail	<a href="mailto:pesumidouro@meioambiente.mg.gov.br">pesumidouro@meioambiente.mg.gov.br</a>
Site	<a href="http://www.ief.mg.gov.br/">http://www.ief.mg.gov.br/</a>
Superfície da UC(ha):	2.003,2550
Perímetro da UC(Km):	35,792
Superfície da ZA(ha):	3,407,5579
Perímetro da ZA(Km):	
Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC:	Lagoa Santa:55,73%ePedro Leopoldo:44,27%
Estados com áreas abrangidas:	Minas Gerais

Coordenadas geográficas(latitude e longitude):	(X)long– 609.213,25 (Y)lat– 7.838.805,96 Fazenda Sobrado–sede administrativa
Data de criação e número do Decreto:	Criação-Decretonº.20.375de3/01/1980. Ampliação–Decretonº.44.935de03/11/2008.
Marcos geográficos referenciais dos limites:	N=609875/7840064,S=606937/7834868,L=614029/7838998, O=605518,7836940
Biomias e ecossistemas:	Transição Mata Atlântica/Cerrado
Atividades ocorrentes:	
Educação Ambiental <sup>1</sup>	
Fiscalização <sup>1</sup> Pesquisa <sup>1</sup>	
Visitação <sup>2</sup>	
Atividades Conflitantes <sup>3</sup>	
<p>1)Qualificara Atividade</p> <p>2)Identificar asatividadesdevisitaçãoqueeserealizamdentrodaUCcomocaminhada,camping, mergulho, exposições interativas entre outros.</p> <p>3)Identificar as atividades conflitantes que existam dentro da UC como caça, pesca, especulação imobiliária, extração de recursos minerais e/ou vegetais ,estradas federais, estaduais e/ou municipais, linhas de transmissão, ocupações, plataformas, hidrovias, uso público em categoria de UC que não se admite.</p>	

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro, Novembro 2008.

O parque foi criado em uma área que contém valores históricos, culturais, com suas contribuições para a arqueologia, paleontologia, espeleologia. Já no século XIX os estudos do dinamarquês Peter Wilhelm Lund nessa região impactaram a comunidade científica, por suas explicações da contemporaneidade entre o homem de Lagoa Santa e a megafauna extinta de mamíferos. Lagoa Santa é uma região importante para a arqueologia, pois nela se encontram os mais antigos registros de presença humana na América do

Sul. Geologicamente está localizado na região do Grupo Bambuí, em um relevo genuinamente cárstico, formado por rochas carbonáticas, apresentando fenômenos como dolinas, grutas, além dos fenômenos hidrológicos de surgências, ressurgências e sumidouros, com destaque ao da lagoa que dá o nome à unidade de conservação. O principal formador da Lagoa do Sumidouro é o córrego Samambaia cuja foz é desconhecida. A vegetação da região do parque é caracterizada por Floresta Estacional Semidecidual e Decidual, e Cerradão, em uma zona de transição entre os biomas de Mata Atlântica e Cerrado. (IEF, 2008)

Segundo o plano de manejo do Parque Estadual do Sumidouro sua criação ocorreu em 3 de janeiro de 1980. Contudo, pouco foi feito nos mais de vinte anos que se transcorreram. O parque não saiu do papel, até o ano 2000, a única ação tomada em relação a implementação do parque foi a aquisição amigável de 28,42 hectares. Em 2002, enfim, a secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD contratou serviços para resgatar informações sobre a criação e implementação do parque, a situação fundiária e de ocupação do solo, para avaliar a possibilidade da efetiva implementação do PESU. Mas devido à expansão urbana e os processos de ocupação do solo nas últimas duas décadas, os limites do parque deveriam ser revistos. (IEF, 2008)

Após vinte e oito anos de sua criação, o IEF a par dos estudos realizados, contratou também serviços para conhecer a situação de ocupação das áreas do parque. Além disso, nomeou uma gerência, e promoveu ações para a instalação, divulgação e informação. Diante disso, foi apresentada uma proposta de revisão dos limites do PESU. A partir daí se deu início ao processo de regularização fundiária, assim como se contratou a elaboração do plano de manejo, para a implementação da unidade de conservação. (IEF, 2008)

O plano de manejo do Parque, foi editado em quatro partes (Informações gerais; Diagnóstico ambiental; Planejamento para a gestão do Parque Estadual do Sumidouro; Informações finais) divididas em três volumes apresentados em formato impresso e digital. Ele tem o objetivo de servir como uma ferramenta de gestão, seguindo a metodologia do Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica (IBAMA, 2002)

respeitando as determinações legais estabelecidas no SNUC, realizados pela Gheosfera Consultoria Ambiental Ltda., contratada pelo IEF. (IEF,2008)

O Parque Estadual do Sumidouro tem como missão: Proteger a memória contida no patrimônio natural e histórico-cultural representativo do carste de Lagoa Santa, preservando a biodiversidade e a cultura regional associada. E sua visão de futuro é: ser referência na conservação e preservação do patrimônio natural, espeleológico, arqueológico, paleontológico e histórico-cultural em ambientes cársticos. Para isso algumas metas de curto, médio e longo prazo devem ser alcançadas. Como a implantações de instalações para melhor atender os visitantes com centros receptivos, trilhas interativas e interação com o entorno. (IEF,2008)

No processo de elaboração do plano de manejo foi definido um “conjunto de objetivos específicos para o Parque Estadual do Sumidouro proposto pelos participantes da Oficina de Planejamento realizada durante a elaboração deste Plano de Manejo” (IEF, 2008, p.340). Os objetivos de maior interesse são: Buscar formas adequadas de convívio com o parque pelas populações da Lapinha, Quinta do Sumidouro e Fidalgo; incentivar o uso sustentado de áreas marginais e a conectividade entre espaços naturais do entorno; propiciar opções de lazer, vivencia e desenvolvimento pessoal na natureza para os visitantes. (IEF, 2008)

Um dos tópicos do plano é o programa de manejo que possui como objetivos gerais:

- Garantir a dinâmica do ecossistema;
- A proteção da biodiversidade;
- Proteção do patrimônio natural e cultural.

Nesse sentido são propostos alguns objetivos específicos, atividades/normas e resultados esperados. Quando se trata da proteção dos recursos é previsto que a população do entorno seja informada sobre a necessidade de se manter a integridade da UC. Um dos subprogramas é de Controle Ambiental do entorno que tem como objetivo:

Implementar ações de controle ambiental no Parque Estadual do Sumidouro e no entorno notadamente junto às comunidades

de Fidalgo, Quinta do Sumidouro e Lapinha(...) de modo a prevenir e minimizar impactos ambientais adversos e incrementar a conectividade ecológica entre o parque e seu entorno. (IEF,2008, p.361)

E um dos requisitos para que isso ocorra é de que se tenha uma boa relação com a população do entorno, particularmente no Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais que trata da boa integração com a vizinhança. Algumas das atividades permitidas seriam:

Organizar e gerenciar programa de aproveitamento de frutos nativos como pequi e goiaba, por membros cadastrados das comunidades vizinhas ao parque (Lapinha, Fidalgo e Quinta do Sumidouro);

Organizar e gerenciar programa de pesca amadora ou de subsistência na lagoa do Sumidouro, represa Samambaia e os rios das Velhas, por membros cadastrados das comunidades vizinhas ao parque (Lapinha, Fidalgo e Quinta do Sumidouro); (IEF, 2008, p.362)

O subprograma de manejo prevê a promoção da formação de guias sobre o patrimônio arqueológico, além de orientação sobre os valores patrimoniais para os moradores e escolas locais, o incentivo a práticas culturais e a permissão de práticas religiosas afro-brasileiras na Gruta da Macumba. No programa de visitação, que tem o objetivo de orientar e direcionar o uso da UC, um dos resultados esperados é “ Estabelecer vínculos de topofilia com a população local e regional. ” (IEF,2008. p.364). Também está previsto que as trilhas poderiam ser feitas de duas maneiras, uma autoguiada e outra guiada, com exceção dos percursos nas cavernas que são sempre guiados. Para isso às trilhas devem conter sinalização informativa. O “Programa de Educação Ambiental ampliado a toda a comunidade de Quinta, Fidalgo e Lapinha e escolas de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; Comunidades conscientizadas dos valores do parque e região. ” (IEF, 2008 p.367). Para alcançar este objetivo as seguintes atividades devem ser realizadas: Elaborar e programa de integração escola-parque; produzir material educativo sobre a região e sua ecologia, bem como de seus aspectos históricos, arqueológicos, e culturais direcionando às escolas com a utilização de linguagens adequadas às diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. (IEF, 2008. p.368).

O programa de Integração com a Área do Entorno tem como objetivo:

A busca da integração com a área de entorno é um dos aspectos fundamentais para a consolidação efetiva de uma unidade de conservação. Esta integração será conseguida com um trabalho comunitário de informação conscientização e educação da população que direta ou indiretamente interage com a unidade. Consiste no desenvolvimento de ações e atitudes que visem proteger a UC dos impactos ambientais e do passado (IEF, 2008. p. 368)

Almejando assim que a população estabeleça vínculo de topofilia com o parque, e a valorização de seus valores culturais:

“Estabelecer convivência pacífica e produtiva com as populações através do gerenciamento de conflitos potenciais, decorrentes das imposições da categoria de manejo e usos dos recursos naturais na unidade de conservação; permitir a pesca, de subsistência e amadora(...); valorizar a mão-de-obra local nos processos de contratação do parque.” (IEF, 2008, p.368)

Tendo como base Tuan (1980), topofilia é a relação afetiva entre uma pessoa e o lugar ou ambiente físico, levando em consideração que os homens tendem a diferenciar seu espaço de maneira etnocêntrica. Essa relação varia de acordo com o indivíduo e os grupos sociais, o que pode até gerar uma ilusão de superioridade, por pensar sempre melhor sobre o seu lugar, colocando-se no centro e não se preocupando efetivamente com as outras realidades.

A palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. (...) Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.107)

Um sentimento afetivo por lugares que se conhece bem, que fornecem estímulos sensoriais, como o autor completa:

A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. É um começo descrever o que elas são: prazer visual efêmero; o deleite sensual de contato físico; o apego por um lugar por' ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de

criação; alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade animal. (TUAN, 1980, p.288)

Visando o desenvolvimento de topofilia da população do entorno com o parque o subprograma de Relações Públicas propõe a divulgação do Plano de Manejo na mídia local e regional, resumir o plano de manejo com uma linguagem mais popular. Já o subprograma de Administração e Manutenção deseja uma comunidade orgulhosa do “seu” parque, para isso deve contar com o emprego de pessoal qualificado para o atendimento ao público, privilegiando mão de obra local. E o Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos deve providenciar trilhas sinalizadas, fornecer o aparato de visitação, como o centro de visitantes, museus, ou seja, deve criar as condições indispensáveis para o funcionamento da visitação. (IEF, 2008)

Sobre o meio antrópico foi realizado um estudo de Percepção Ambiental e um diagnóstico socioeconômico da população afetada pelo parque, caracterizando seus interesses e identificando possíveis conflitos. O levantamento de dados desse trabalho ocorreu através da aplicação de “... entrevistas semi-estruturadas com atores e gestores direta e indiretamente também impactados por ele; observação e análises técnicas.” (IEF, 2008, p.144). Contribuindo para que se conheçam as relações estabelecidas com o território no qual a população está inserida, o roteiro base definido para as entrevistas abordou:

Aspectos particulares ao entrevistado; considerações sobre o histórico da região ou da atuação do órgão ou entidade que representa; um enfoque em questões relativas às localidades onde o parque está inserido (buscando compreender as percepções demandas em conflito); percepção sobre a implantação do parque; sugestões e demandas a respeito da implantação da unidade de conservação; lista de possíveis indicações. (IEF,2008, p.145)

No processo de elaboração do plano de manejo do PESU foram realizadas um total de 47 entrevistas, os questionários foram aplicados junto aos moradores, a instituição, os turistas, os trabalhadores, os proprietários, os donos de serrarias, o capitão de Candomblé, representantes do comercio/serviços, e indústrias, podendo haver múltipla identificação, sendo que a grande maioria dos entrevistados são moradores da região. Foi observado uma identidade dos

moradores com seus locais de origem, um sentimento de pertencimento com relações de parentesco e amizade, mais não há muita interação forte entre as comunidades. Os fatos que mais contribuem para essa interação são as manifestações culturais como o congado com os seus componentes de celebrações religiosas dos quais a oralidade e a ancestralidade são fundamentais. Nessa tradição cada comunidade possui sua especificidade nas celebrações de candombe mas interagem entre si para as realizações de eventos. Mas essas manifestações religiosas encontram problemas para se perpetuar por não encontrar adesão suficiente dos jovens. Contudo as festas culturais produzidas por esses grupos também funcionam como um atrativo turístico e, mais do que isso, são um marco das tradições culturais locais. A valorização desse patrimônio pode ser positiva para a implementação do parque quando há apoio a essas celebrações, assim como nos relatos de história local, que contam com mitos, o que aponta para uma coletividade e um passado comum. (IEF, 2008)

A culinária também demonstra um aspecto de tradição na comunidade, oralidade transmitida entre famílias, com destaque para a produção de doces. Em relação ao local, que de maneira geral é considerado um lugar tranquilo - bom de se viver - muitos sentem que a atividade turística pode ser uma ameaça a essa tranquilidade. Essas comunidades ainda guardam muitas características rurais e vem sendo inserida aos poucos no espaço urbano, vivenciando os avanços da urbanização sobre as comunidades de fronteira. Há na região uma carência de oportunidade de emprego, que têm como seus principais geradores de renda atividades agropecuárias que está decaindo e as serrarias vêm ganhando espaço, o que dificulta a ocupação remunerada dos moradores, principalmente para as mulheres. (IEF, 2008, p. 157)

O parque é uma categoria que permite o uso indireto dos seus recursos, e o turismo é uma das atividades possíveis nesse âmbito. O fluxo de visitantes é uma informação importante para o planejamento da instituição, e em relação aos impactos que sua implementação pode gerar nas comunidades, a Lapinha é que mais percebe a atividade turística de maneira positiva, o que se deve a sua maior proximidade com o turismo devido a Gruta da Lapinha, que se apresenta como uma possibilidade de geração de renda. Para os moradores de

Fidalgo e Quinta a atividade é vista com certa desconfiança e preocupação devido aos impactos que os visitantes podem trazer ao modo de vida local. Este grupo relatou também que os turistas que vão à gruta não demonstram interesse de conhecer a região. Em relação ao parque houve alguns questionamentos sobre a regularização recente, apesar do mesmo existir desde 1980. Mas os moradores do entorno reconhecem a importância dos elementos naturais em seu cotidiano e do patrimônio local. A área do parque era utilizada como uma fonte de lazer para a comunidade que desenvolvia atividades como pesca, coleta de frutos e lenha, também era usada para a criação de gado e agricultura. Quando se trata da preservação dos recursos naturais as expectativas da implementação do parque é positiva, mas a população do entorno se encontra em certa medida temerosa em relação aos impactos que podem ser gerados em seu cotidiano. Um dos conflitos da implementação seria a sua proposta de preservação e as desapropriações, situação de incerteza que gera incomodo na população e pode causar resistência ao parque. Este fato é o principal desafio para convencer que a UC é benéfica para eles, tornando necessário o maior envolvimento dos moradores e a demonstração de que o parque oferece algum retorno para a comunidade, assim como a valorização das tradições culturais locais. (IEF, 2008, p.158)

Assim o diagnóstico afirma que na busca de uma ampla implementação do parque é ainda importante, para o melhoramento da aceitação por parte da população, a valorização do modo de vida e das tradições locais, assim como a área do parque também deve ser apropriada pela vizinhança, obviamente respeitando os limites e as regras permitidos para tal. (IEF, 2008, p.173)

## **A visão dos guias do Parque Estadual do Sumidouro**

Para verificar como os problemas apontados no Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro, citados acima, são tratados na prática, buscou-se conhecer um pouco mais da relação do parque com a população do entorno. Como mencionado anteriormente foram realizadas nove entrevistas, em julho de 2016, com os guias do Parque Estadual do Sumidouro, na qual a maioria (seis) dos entrevistados possuem aproximadamente 25 anos de idade. O grau

de escolaridade de seis deles é o ensino médio, apenas um possui curso superior, e os demais possuem fundamental completo. Sete deles moram próximo ao parque, nas comunidades do entorno, os dois que não residem nas comunidades do entorno moram em Pedro Leopoldo. O tempo médio em que os guias entrevistados trabalham da instituição é de cerca de cinco anos. Foram entrevistados seis mulheres e três homens.

As motivações que levaram essas pessoas a trabalhar na UC envolvem questões como a proximidade com o local de residência, assim como a participação em cursos oferecidos pelo IEF ou instituições que tinham relação com o parque, assim como pelo interesse em temas preservação ambiental, como se pode observar em trechos de entrevistas a seguir:

Bom tem várias vantagens: ser perto de casa, trabalhar em contato com a natureza. Particularmente eu gosto muito de fazer trilha, aqui também é muito tranquilo (Entrevista 6, Julho, 2016)

Eu gosto da área de meio ambiente, sempre gostei. E teve um curso a uns anos atrás sobre turismo, que participei e gostei muito. Depois ofereceram um outro curso mais extenso, do qual também participei e comecei a frequentar o parque devido as aulas de campo, nelas nós fizemos as trilhas, fomos na gruta. Com isso, surgiu meu interesse em trabalhar aqui. (Entrevista 4, Julho, 2016)

Eu não tinha conhecimento da importância do local, então surgiu um curso preparatório para ser condutor, e sobre a história local. Entrei nesse curso e comecei a participar também da implementação do parque. Nesse processo trabalhei com pesquisadores, ajudei inclusive a reconhecer os sítios arqueológicos na região do parque e do entorno. Também auxiliie na pesquisa sobre o cerrado. Então eu fui conhecendo a história local e a importância que a região possui. A partir disso, do conhecimento adquirido, eu fui me interessando cada dia mais e estou aqui até hoje. Gosto de estar aqui, de passar para o turista um pouco da importância do nosso local. (Entrevista1, Julho, 2016)

Os guias foram questionados sobre a forma como são tratados pela comunidade e, se o fato de integrarem a equipe do parque faz com que eles sejam vistos com um olhar diferenciado. A resposta a esta questão é quase

unânime de que pelo ou menos quando iniciaram os trabalhos no parque recebiam olhares com um tom de preconceito.

Há represarias e brincadeiras relacionadas ao [fato de] trabalhar no parque, isso ao longo do tempo foi mudando. Hoje não [tem] tanto quanto tinha no início, mas ainda existe um pouquinho de preconceito da comunidade com os funcionários do parque. (Entrevista 3, Julho, 2016)

Na minha família até que não, mas a comunidade no começo sim. Era como se a gente apoiasse algo que seria negativo para eles, igual a questão da pesca a maioria xingava a gente, por achar que nós éramos contra uma forma sobrevivência [subsistência] que era pescaria. Agora já é muito tranquilo. (Entrevista 9, Julho, 2016)

Parte da comunidade se dirige aos guias com provocações, os veem como cúmplices de atividades que estão sendo “prejudiciais” a eles e reagem de maneira negativa, o que pode estar relacionado com a falta de informação da população, ou mesmo falta de interesse na UC e no motivo de sua criação, por notarem com mais ênfase suas consequências negativas.

(...)é mais aquela coisa de tentar provocar, [por exemplo] na época da cheia da lagoa do Sumidouro, era costume vim pescar e [agora] não pode, por uma série de motivos. O pessoal não procura saber ou não acreditam nas informações que são passadas. E muita gente, até da minha família, falava que ia passar a rede na lagoa, esse tipo de provocaçõezinhas. (...)O pessoal olha diferente quando passamos com o uniforme. (Entrevista 4, Julho, 2016)

A população do entorno reagiu de maneira mais negativa à implementação do parque, devido as mudanças causadas no cotidiano, em seus costumes. Uma das consequências mais impactantes para a população foi a restrição ao acesso de áreas antes frequentadas principalmente para o lazer. Outros motivos que contribuíram para a recepção negativa foi a falta de informação, poucos conhecem o processo de implementação. Tudo indica que em certa medida não houve uma preparação da população sobre o processo que estava por vir, e de fato como isso os atingiria.

Por causa da lagoa, que o pessoal pescava, eu mesmo pescava, nadava e vieram e fecharam, a gente não podia mais entrar. Não teve um preparo com a comunidade com relação principalmente da lagoa. Teve outro problema também com

relação às pedreiras, elas foram fechadas, mas lá não possui relação com o parque. É outro motivo, coisa do IBAMA, mas eles associaram o fechamento com a implantação do parque, porque aconteceram ao mesmo tempo. Mas assim a questão do parque mesmo é a lagoa. Igual agora a lagoa está praticamente seca, não tem tanto problema das pessoas entrarem, mais quando ela está cheia o pessoal entra discute, quer pescar, quer nadar, arma rede essas coisas. (...) a revolta da comunidade sempre foi a lagoa do Sumidouro que não podia mais entrar. Eu tinha essa revolta, mas depois que comecei a trabalhar aqui vi o porquê que não podia, então é diferente quando a gente está dentro. (Entrevista 6, Julho, 2016)

(...) com a implantação do prédio [Museu Peter Lund/Gruta da Lapinha] através do governo fizeram algumas reivindicações, algumas pessoas da própria comunidade foram até lá com um caminhão fazendo batuque mandando a gente sair do local, falando que estávamos querendo era acabar com a área [natureza], ao criar um parque, e a visão do parque é preservar. Mas isso foi bem no começo, atualmente já é diferente, inclusive as pessoas que vieram para fazer aquele batuque reivindicando, são pessoas que visitam atualmente e falam que o parque está mais preservado, não tem pichação, queimada é mais difícil de acontecer. (Entrevista 9, Julho, 2016)

A população do entorno não reagiu de maneira positiva, na Quinta todo mundo é contra. Devido à maneira como ocorreu a implantação do parque, não houve uma conscientização. Além de não ter essa conscientização, houve fatos que jogou a comunidade contra o parque, por exemplo, multas à um senhor em uma área que ia ser fechada para o parque. Uma região que o pessoal estava acostumado a criar gado, porco, cabrito, cavalo. Ele estava naquela área, chega um policial e multa essa pessoa mais de idade, então surge o primeiro impacto em relação ao parque, que ainda não tinha sido implementado. Em seguida surge o parque e fecha essa área, o que gera impactos na comunidade que não sabiam o que seria o parque. E até hoje tem muita gente contra, a conscientização está sendo feita agora a partir das crianças para atingir os adultos, os filhos estão colocando na cabeça dos pais, a função do parque e o ganho que ele traz para comunidade. (Entrevista 1, Julho, 2016)

Houve também relatos de conflitos que ocorreram envolvendo o parque e a comunidade, o que pode ser resultado da insatisfação da mesma em relação

ao processo de implementação do parque que foi muito demorado e até mesmo da falta de informação sobre ele.

Quando eu trabalhei na brigada eu soube que muitos dos incêndios que a gente combatia eram criminosos, o pessoal da comunidade entrava e colocava fogo isso era o mais comum. (Entrevista 4, Julho, 2016)

(...)infelizmente tem questões como incêndio essas coisas (...). É igual na mata também, na Quinta, as pessoas entram na mata para pegar ervas e frutos. Mas hoje é proibido, e tem algumas pessoas que entram para fazer gracinha. (Entrevista 6, Julho, 2016)

Posso falar, porque você tem um tempo muito longo para iniciar a instalação do parque, para se fechar as áreas definidas pelos órgãos competentes. Um período muito prolongado para se chegar em quem morava no parque, na comunidade que utilizava esse espaço para coleta de frutos, ou seja, era um espaço em que as pessoas não precisavam pegar uma autorização para poder utilizar. E a limitação do uso dessa área acaba ferindo alguns valores. Pessoas utilizavam do espaço como, [por exemplo] para pescaria na lagoa e no córrego, que era também uma forma de lazer na comunidade. E você chega num momento e fecha isso, então é um impacto muito grande em uma cultura, no costume que as pessoas tinham de utilizar aquele espaço. (...) Então acho que há negligência muito grande entre o estado e essas comunidades, faltou informação nesse período desde que foi decreto parque, até o momento em que se fecha [restringe a área]. As pessoas que tinha esse costume de chegar lá e fazer de dentro do parque como se fosse a parte da casa deles. Então é desde época do decreto que se começa a preparar a comunidade. Se isso tivesse acontecido antes teria uma comunidade mais a favor. E eu não precisaria presenciar os conflitos que já presenciei, como ameaça na beira de lagoa. (Entrevista 3, Julho, 2016)

Na busca por uma relação mais próxima do parque com a comunidade estão sendo feitos trabalhos principalmente junto às escolas, como uma maneira de proporcionar uma maior conscientização da importância da UC para a região. Esse método tem como objetivo de educar os filhos dos moradores do entorno para que eles possam passar as informações aprendidas sobre a unidade de conservação para seus pais e familiares, na tentativa de incentivar a visitação no parque pela comunidade, que possui o direito de acesso ao mesmo, de maneira gratuita.

O parque faz muitos trabalhos de educação ambiental nas escolas. E os pais eles aprendem por meio dos filhos, as crianças conseguem mudar a cabeça dos pais. Eu acho que essas atividades têm funcionado muito bem, hoje o parque tem uma aceitação bem maior. (Entrevista 6, Julho, 2016)

Atualmente fazemos trabalhos nas escolas do entorno, na casa Fernão Dias com a Quinta do Sumidouro e alguns trabalhos com a Lapinha, não é muito constante mais acontece. (Entrevista 9, Julho, 2016)

Tem ciclos de palestra durante o ano no parque que é aberto para as comunidades, pelo ou menos a maior parte dessas palestras são abertas. Mas a participação é muito pequena e agora nas férias tem uma programação especial, que fica exposta em vários locais, para que o pessoal possa participar. (Entrevista 4, Julho, 2016)

Há outras medidas que também poderiam intensificar essa aceitação do parque e contribuir para a minimização de conflitos, sendo que alguns desses pontos estão previstos no plano de manejo como, por exemplo, o caso da pesca na lagoa que é proibido, tanto que foi sugerido como uma das possíveis mudanças no parque.

Mas eu acho que algumas coisas poderiam ser diferentes, por exemplo, sempre tem gente, dos mais antigos, que entrava na mata para pegar erva, assim como entram para pescar na lagoa, acho que essas atividades poderiam ser liberadas (Entrevista 6, Julho, 2016)

Como afirmado anteriormente, uma tentativa de aproximar a comunidade do parque é a valorização da cultura local incentivando as práticas locais, como acontece com o congado. Isso vem acontecendo aos poucos, por exemplo, são cedidos espaços no parque para que essas festas culturais sejam realizadas.

A gente divulga muito essa questão do congado, [como, por exemplo] durante as trilhas falamos sobre o congado, principalmente na trilha do Sumidouro. Falamos também da cultura da região, e das datas em que as festividades acontecem. (Entrevista 4, Julho, 2016)

O Congado no encontro de folia, fazem uso de espaços do parque, como [por exemplo] o café da manhã que foi servido lá

na Casa Fernão Dias. Na festa de setembro do ano retrasado o almoço também foi servido na Casa Fernão Dias, esse ano provavelmente o almoço também vai ser servido lá. (Entrevista 6, Julho, 2016)

O parque atualmente está dando suporte para que festas tradicionais da cultura local possam ocorrer, há também divulgação de algumas informações culturais para os visitantes da unidade de conservação.

(...) o parque trabalha da seguinte forma: transportando lenha, para essas festas de grande porte. A nossa festa mais tradicional é a festa do congado, mais conhecida na região como festa do Reinado é uma festa que a gente realiza em setembro então o parque dá um suporte muito positivo, hoje nós vamos para o terceiro ano que sedemos um espaço. Uma das portarias do parque onde vai ser feita a alimentação das guardas que vieram de outros lugares. Então já é um ponto positivo nesse apoio e fora isso a ajuda é com a logística, para que a festa transpasse da melhor forma possível. (Entrevista 3, Julho, 2016)

O parque permite que atividades turísticas ocorram em seu interior tendo como um dos pontos de destaque turístico a Gruta da Lapinha. Essa atividade acaba afetando também a comunidade do entorno devido ao fluxo de visitantes na região. Alguns veem essa atividade com receio, pois pode perturbar a tranquilidade local, outros veem com bons olhos principalmente pelo reconhecimento que pode trazer a região, além de movimentar a economia local.

Pode-se dizer que traz renda não só para o Parque do Sumidouro, mais também para a comunidade do entorno. Os turistas procuram artesanato, locais para alimentação. Então quem tem condições de oferecer esses serviços, também vão se beneficiar. (Entrevista 4, Julho, 2016)

Os turistas trazem renda principalmente as doceiras da região. A gente leva os turistas para gruta e os incentiva a passar no “cafofo”, nas doceiras do entorno. (Entrevista 7, Julho, 2016)

Após anos da implementação do Parque Estadual do Sumidouro, a comunidade parece estar começando a apresentar uma maior aceitação pelo

parque, estabelecendo aos poucos uma relação mais próxima. A resistência ao parque está diminuindo, de acordo com os guias entrevistados.

Na atualidade nós vemos que há mais pessoas frequentando[o parque]. Mas ainda falta informação, a maioria não sabe que eles possuem direito a cortesia, trazendo o comprovante de residência. Mas estamos passando essa informação da melhor maneira possível. (Entrevista 7, Julho, 2016)

Olha a relação da Lapinha com o parque é até boa, não é uma relação tão próxima como eu acho que deveria ser, a comunidade não é tão envolvida. Mas é uma relação mais tranquila do que da Quinta do Sumidouro, por exemplo, lá a resistência com relação ao parque é maior, mas isso está diminuindo com o tempo. Logo quando o parque foi implementado realmente pelo que eu sei as pessoas eram na maioria contra. E teve também a questão do fechamento das pedreiras que coincidiu com a implementação do parque, deixando muita gente desempregada e eles acharam que foi em função do parque. Se tinha muita resistência, mas agora está melhorando, as pessoas estão aceitando, entendendo melhor. Estão frequentando mais o parque e os eventos que acontecem em seu interior. (Entrevista 4, Julho, 2016)

Quando nos referimos aos guias, está previsto no Plano de Manejo que eles devem passar por um processo de treinamento/preparatório que possui a finalidade de propiciar um melhor atendimento ao público. De modo geral, esta tarefa está sendo cumprida, apesar das exceções, há sempre algum evento que proporciona conhecimento sobre o parque, sobre o que ele tem a oferecer para os turistas/comunidade:

Na verdade, quando eu entrei não sabia nada, eu fui acompanhando os outros condutores. E sempre participamos de cursos, palestras, acompanhamos pesquisadores. Mas algumas pessoas possuem curso de condução, que fizeram quando começaram a trabalhar aqui, eu não fiz esse curso, aprendi com os que fizeram e com a coordenadora. (Entrevista 6, Julho, 2016)

Mas não é só a vida da população do entorno que mudou com a implantação do parque, os guias também sentiram esse efeito. A vida profissional causa reflexos na vida pessoal. Como se pode observar nos relatos a seguir:

Para você ter noção, eu não sabia da existência do Parque do Sumidouro, e morei aqui a vida inteira, conhecia apenas a

gruta da Lapinha, porque as escolas do entorno sempre visitam. O parque existe desde a década 80, mas realmente saiu do papel mais ou menos em 2007 para 2008. E trabalhar no parque mudou bastante minha visão com relação à preservação, até porque eu achava que era uma “coisa fácil”, mas envolve tantas coisas, como, dinheiro, política, e se mostra muito complicado e com pouco apoio, por mais que seja divulgado, que esteja na moda preservar o meio ambiente. Mas na verdade se tem pouquíssimo apoio. (Entrevista 4, Julho, 2016)

O que mudou? Mudou para mim, muitas coisas, antes de trabalhar no parque não tinha essa cultura de preservação. A gente acha que pode entrar nos lugares e fazer o que quiser e não é assim. Comecei a ver a necessidade da preservação, que não podemos usar todos os espaços, temos que preservar um pouco da arqueologia, paleontologia. Também adquiri novos conhecimentos, inclusive na escola estudava sobre Dr. Lund, mas não sabia da sua importância para Lagoa Santa. Então mudou muito meu ponto de vista sobre a história de Lagoa Santa, sobre arqueologia, sobre a paleontologia. (Entrevista 9, Julho, 2016)

Para mim foi o fato da comunidade aceitar mais, do processo de você conseguir atingir os pais pelos filhos. Como por exemplo, o fato de uma aluna de uma escola onde a gente trabalhava, que se deparou com uma discursão do pai com um funcionário na empresa de extração de pedras, e ela entra na discursão para falar que se deve tomar cuidado, que onde muito se tira e não repõe um dia acaba. Então a preocupação de ir contra o pai, que era acostumado a se beneficiar ao máximo dos recursos da natureza, sem se preocupar ao longo prazo e ela diz que há outras alternativas. E é essas mudanças que a gente vê, além da maior aceitação do parque pelas comunidades do entorno. (Entrevista 3, Julho, 2016)

Com relação ao Plano de Manejo, percebe-se que os funcionários que lidam diretamente com o público até sabem da sua existência, mas em pouco ou nada conhecem sobre suas determinações. Até mesmo das que dizem respeito a eles, como funcionários ou moradores da comunidade. Os guias relataram possuírem conhecimento básico sobre o plano de manejo que se referem principalmente às informações gerais do parque. As informações mais “técnicas” são pouco transmitidas para eles, o que pode ser um reflexo do que acontece com a comunidade. A falta de informação também pode ser uma consequência da linguagem técnica empregada nesse material.

No Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro se espera que a comunidade tenha um tratamento diferenciado. Aparentemente isso vem acontecendo, porém, é limitado basicamente à gratuidade no acesso ao PESU. Não se tem um projeto de visitação específico que trabalhe de forma mais informativa e de maneira a conscientizar sobre os aspectos que afetam diretamente a população do entorno de uma maneira que possa atraí-los, criando assim uma relação mais próxima ou mesmo um sentimento de pertencimento. Mas há uma tentativa por parte dos guias de serem mais atenciosos para que os moradores do entorno possam se envolver mais com o parque, com as atividades por ele oferecidas e frequentando mais os seus espaços.

Na verdade, a gente procura dar mais atenção ao público da região, até porque eles frequentam muito pouco, por exemplo, se forem da Quinta do Sumidouro falamos um pouco mais da Quinta, na tentativa de realmente trazer eles para o parque. (Entrevista 4, Julho, 2016)

Tem algumas pessoas que você vê que dá para conversar, para trabalhar à educação ambiental, mas com outras pessoas isso é mais complicado, elas não aceitam.

Essa diferença aí é só que eles têm gratuidade, para esta visitando o parque, conhecendo as trilhas e a história da região (Entrevista 1, Julho, 2016)

A única diferença para a comunidade é que as pessoas que vem de fora já sabem da existência do parque do Sumidouro, elas não conhecem o parque, mais possuem interesse em conhece-lo. As pessoas do entorno são justamente ao contrário por morarem próximas geralmente elas não procuram tanto. Então quando elas visitam o parque tentamos passar o máximo do lado positivo, da importância do parque. Porque a maioria das pessoas da região não sabem muitas coisas sobre a arqueologia, a paleontologia e a biodiversidade. Muitos não entendem o porquê que essa área deve ser preservada e a importância da região. Então com a comunidade a gente tenta passar essas informações. (Entrevista 9, Julho, 2016)

## Considerações Finais

A implementação do Parque Estadual do Sumidouro ocorreu de maneira tardia, mais de vinte anos após sua criação. Apesar de já ter seus limites definidos em 1980, o acesso a seu território continuou sendo permitido nesse período até mesmo pelo fato do processo de desapropriação não ter sido efetivado, o que permitiu que a população continuasse reproduzindo seus modos de vida sem grandes mudanças. Quando se dá início ao processo de implantação do parque, as alterações no cotidiano dessas pessoas se refletem em restrições ao uso que a população fazia no território que agora integra o parque. Esse processo foi visto como algo negativo. Os resultados mostram que na busca de melhorar essa relação - como já previsto no plano de manejo - alguns trabalhos devem ser realizados com o objetivo de informar e conscientizar a população sobre a importância da UC. Para trazer a comunidade para próximo, é preciso criar um novo sentimento de topofilia, ou seja, fazer com que os moradores continuem se identificando com esse ambiente, renovando seus sentimentos pela área. Nesse sentido foram observados alguns avanços principalmente devido à educação ambiental que ocorre nas escolas da região. Mas esse trabalho, por ter o foco nas crianças, pode não alcançar todas as parcelas da comunidade.

Os funcionários do parque, em especial aqueles que residem nas comunidades do entorno, são muitas vezes julgados pela comunidade, pois em seu papel de guias são considerados como cúmplices de algo que veio para prejudicar a população. Esse fato vem se alterando aos poucos nesses aproximados oito anos da implantação do parque. A comunidade está respeitando mais os funcionários, o que talvez seja um reflexo de uma maior aceitação do parque, podendo também ser resultado dos trabalhos realizados nas escolas.

Um dos prováveis motivos para o receio persistente em relação à UC é a falta de informação. Pois, ainda existem temas sobre o parque que não são ou são pouco trabalhados com os mesmos. Isto se refere principalmente às informações de caráter mais técnico, como é o caso do Plano de Manejo do PESU. Apesar deles possuírem conhecimento sobre a existência do mesmo, desconhecem a maioria das determinações, seja as que dizem respeito a eles

mesmos como funcionários, seja as relacionadas aos moradores do entorno. Por isso, a preocupação é se todos os direitos deles assim como os da comunidade estão sendo respeitados, de acordo com o que está previsto no plano. Assim como podem não conhecer de fato todas as suas obrigações, ficando expostos a equívocos. Os guias também carecem de informações, não podendo cobrar o cumprimento das metas e determinações previstas no plano de manejo, perdendo o direito de questionar a administração do PESU, em caso de descumprimento. O mesmo vale para as determinações previstas em relação à comunidade. Por exemplo, no Plano de Manejo está pressuposta a permissão da população do entorno de - sob controle - pescar e coletar frutas, o que atualmente não acontece. Tais fatos poderiam ser primordial para melhorar a relação da gestão do parque com os moradores do entorno, já que a grande queixa apresentada pela comunidade, de acordo com os guias, e que motiva situações conflituosas, é a proibição da pesca e a restrição/proibição de atividades voltadas para o lazer na lagoa.

Ao realizar a presente pesquisa observou-se que essa problemática pode ser um ponto inicial para criar uma nova topofilia da comunidade com a área do parque, já que comunidade apresenta um grande sentimento pela lagoa e a restrição de acesso gerou um grande desconforto. Outras formas de regular o acesso ao parque também podem contribuir nesse processo, pois o fato de terem que ser acompanhados pelos guias durante a visita pode gerar um incômodo. Isto porque, eles conhecem a área e podem não sentir a necessidade da presença dos funcionários.

Outra proposta do plano de manejo que não está sendo plenamente cumprida é a da realização de uma programação especial e projetos para atender aos moradores locais, respeitando suas particularidades como conhecedores da região, buscando uma maior aproximação com eles. Nesse sentido o que é feito além dos trabalhos de conscientização nas escolas da região, é o acesso gratuito ao qual essa população tem direito. Para que isso ocorra deve ser efetuado um cadastro mediante a apresentação de comprovante de residência, o que não representa grandes avanços, pois a restrição do uso de determinados espaços permanece.

Mas a proposta de atrair a população do entorno começa a surtir efeito a partir das atividades que objetivam educar os filhos para que eles possam educar os pais e demais familiares, repassando as informações/conhecimentos adquiridos nesse processo, além de se incentivar a visitação ao parque e mostrar sua importância para a região. Uma possível forma de atrair a população do entorno é a oferta de atividades que priorizem o lazer da mesma, compensando a perda gerada pela proibição do uso da lagoa. Através da oferta de uma programação mais livre. Isto deve acontecer de maneira mais sutil e descontraída respeitando a cultura local, expressando, como previsto no plano de manejo, a existência de um tratamento diferenciado entre os visitantes externos e os visitantes locais, o que de fato vem acontecendo.

A determinação do Plano de Manejo que se refere ao emprego de mão de obra local está sendo cumprida, já que a maioria dos funcionários são da região. Ademais os treinamentos realizados para melhor preparação dos guias no que diz respeito ao atendimento do público, através de cursos e palestras, com temas de interesse à instituição também estão sendo efetuados. Mas o fato de maioria da mão de obra ser local também pode trazer problemas em relação a respeitabilidade dessas pessoas na comunidade, bem como em seu ambiente de trabalho, por exemplo, um pai cujo filho é funcionário do parque, pode ter dificuldade de aceitar as regras impostas pelo filho que o proíbe de usar determinadas áreas para realização de atividades das quais estava acostumando a praticar. Essa restrição do uso, é o que mais impacta a comunidade e deve ser o ponto principal a ser trabalhado com a mesma, de forma a conscientizá-la da importância das restrições para a proteção da biodiversidade. Com isso, se deve discutir maneiras de flexibilizar o acesso dessa comunidade, dialogando com a mesma, tentando fugir das medidas clássicas impostas “de cima para baixo”, fazendo se cumprir também as determinações do plano de manejo em relação as comunidades do entorno.

Vimos que essa relação alcançou alguns avanços ao longo dos anos. Mas para efetiva implementação e aceitação do parque pela comunidade, é imprescindível uma longa caminhada, com a realização de atividades que envolvam a população entorno de forma mais efetiva, tornando-a mais assídua dentro do parque e para que ela se reconheça também como parte da unidade

de conservação. O que pode contribuir para esses avanços, além de maior incentivo para que a população se envolva nos processos decisórios tornando-os mais participativos, uma forma de mostrar mais respeito às particularidades locais é levar em consideração o conhecimento local, assim como o conhecimento técnico-científico, valorizando a cultura local.

## Referências Bibliográficas

ARAUJO, Marcos Antonio Reis. Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte, SEGRAC- Editora e Gráfica. 2007.

ARCE, P.A; PENDLOSKI, C. J. S; OLIVEIRA, R. B.; GALLARDO, A. L. C. F.;

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevista: como fazer entrevista em Ciências Sociais. Em tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>.

Acesso em: 14 agosto 2016

BRASIL. Lei 23793, 23 de janeiro de 1934. Código Florestal.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 1035, 10 de janeiro de 1939. Parque Nacional do Iguaçu.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 1.713, 28 de outubro de 1939. Parque Nacional Itatiaia

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 1822, 30 de novembro de 1939. Parque Nacional Serra dos Órgãos.

\_\_\_\_\_. Lei 4.771, 15 de setembro de 1965. Novo Código Florestal

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº9.985, de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 4.340, 22 de agosto de 2002.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação.

Disponível em: <

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10/n1Daguiete.pdf> f>

Acesso em: 10 de outubro de 2016.

CARDOSO, Cristiane. A "Invenção" dos Espaços Protegidos: A Criação de Parques, Reservas, Áreas de Proteção e Conflito com a População Tradicional.

Disponível em: <

<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/300/280>

> Acesso em: 4 de setembro 2016

FERREIRA, Lúcia da Costa, Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças Sociais e Conflito em Torno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000100004) >.

Acesso em: 10 de setembro de 2016.

HARARI, Yuval N. Sapiens – Uma Breve História da Humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2015.

IEF. Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro. Manual de Gestão Ambiental. Lagoa Santa – Pedro Leopoldo, Minas Gérias. Outubro de 2010. Disponível em: < [http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Plano\\_de\\_Manejo/Sumidoro/parque%20estadual%20do%20sumidouro%20plano%20de%20manejo%20manual%20de%20gesto.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Plano_de_Manejo/Sumidoro/parque%20estadual%20do%20sumidouro%20plano%20de%20manejo%20manual%20de%20gesto.pdf) >. Acesso em: 19 de abril de 2015.

IEF. Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro. Manual de Gestão Ambiental. Lagoa Santa – Pedro Leopoldo, Minas Gérias. Novembro de 2008.

LIMA, Gumercindo Souza; RIBEIRO, Guido Assunção; GONÇALVES, Wantuelfer. Avaliação da efetividade de manejo das unidades de conservação de proteção integral em Minas Gerais. Viçosa, Minas Gérias, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/a17v29n4.pdf> > Acesso em 20 de abril de 2015.

McCORMICK, John. Rumo ao paraíso: A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 21-60 p.

MINAS GERAIS. Decreto Lei 20.375 de 03 de janeiro de 1980. Parque Estadual do Sumidouro.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei 44.935 de 03 de novembro de 2008. Parque Estadual do Sumidouro.

MITTERMEIER, Russell A.; FONSECA, Gustavo A. B.; RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Uma breve história da conservação da biodiversidade do Brasil. Disponível em: < [http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/04\\_Mittermeier\\_et\\_al.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/04_Mittermeier_et_al.pdf) >. Acesso em 15 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Ivone Adelina. Gestão de Conflitos em Parques: Estudo de Caso do Entorno Nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. Florianópolis, 2005. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.) Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102240/221300.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 5 de outubro de 2016

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes; SOUZA, Leonardo Vasconcelos de. Contexto Socioambiental do Parque Estadual do Sumidouro, APA Carste de Lagoa Santa, MG. Disponível em: < [http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo\\_OL\\_27.pdf](http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_27.pdf) > Acesso em: 16 de outubro de 2016.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 119-142.

PARAÍSO, Luciana Braga. Dilemas da Participação na Gestão de Unidades de Conservação: A experiência do Projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p.143-168

PEREIRA, Amanda Figueiredo; COSTA, Maíra Helena de Oliveira; FARIA, Sophia Pereira de; SANTOS, Gregory Nicolas. O Parque Estadual do Sumidouro (MG): Conflitos Socioambientais e o Fechamento das Pedreiras. 2013.

PIMENTEL, Douglas de Souza; MAGRO, Teresa Cristina. Múltiplos Olhares, Muitas Imagens: o Manejo de Parques com Base na Complexidade Social. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/455/326>> Acesso em: 16 de outubro de 2016

RUIZ, M. S. Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação em Áreas Urbanas: o Caso do Parque Tizo em São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1704/778> > Acesso em: 4 de setembro de 2016.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de Conservação Brasileiras. Disponível em: <[http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf)>. Acesso em 20 de abril de 2015.

SANTOS, Anderson Alves. Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4. n.1, 2011, pp.141-162.

SHENINI, Pedro Carlos; COSTA, Alexandre Marino; CASARIN, Vanessa Wendt. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução.

THOMAS, Keith. O Homem e o Meio Natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800) São Paulo: Cia. das Letras, 2010).

TUAN, Yi-fu. Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, Difel, 1980.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (ORG.). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

## Anexo

Roteiro de Questionário

Q 1 – Qual o seu sexo? Masculino 1. ( ) Feminino 2.( ) 99.( ) NR/NS

Q 2 - Qual a sua idade:\_\_\_\_\_

Q 3 - Até qual série você estudou?

- ( ) 1. Sem instrução
- ( ) 2. Ensino Fundamental incompleto(1º Grau incompleto.)
- ( ) 3. Ensino Fundamental completo (1º Grau completo)
- ( ) 4. Ensino médio incompleto (2º Grau incompleto.)
- ( ) 5. Ensino médio completo (2º Grau completo)
- ( ) 6. Superior incompleto (Universidade / Faculdade incompleto)
- ( ) 7. Superior completo (Universidade / Faculdade completo)
- ( ) 8. Pós-graduação

Q 4 - Onde nasceu? Qual a origem da sua família?

Q 5 - Quando iniciou o trabalho no Parque Estadual do Sumidouro?

Q 6 - Quais foram as motivações que o levou a trabalhar no parque?

Q 7 - Como os moradores ao redor do parque estão vendo o trabalho dos funcionários/guias do Parque?

Q 8 -Existe um tratamento diferencial para com as comunidades do entorno do parque, como incentivo à visitação (a partir de uma programação especial), palestras e atividades relacionadas ao parque e educação ambiental?

- Os moradores na região participam nestas atividades?
- Como é a recepção destas atividades?
- Os moradores mudam a sua visão sobre o Parque?
- Em qual sentido?

Q 9 - Já presenciou alguma situação conflitante entre moradores das comunidades do entorno do parque com funcionário?

Se a própria família mora na  rea:

- Já presenciou alguma situação conflitante dentro da sua família por causa da sua atividade no Parque?

Em relação ao plano de manejo

Q 10 - Você tem conhecimento do plano de manejo do Parque Estadual do Sumidouro?

- Conhece algumas de suas determinações no que diz respeito aos visitantes?

Q 11 - O que o plano de manejo diz com respeito aos moradores no entorno (atividades permitidas, proibidas, fogo etc.)?

Q 12 - Há treinamento dos funcionários para melhor atender o público, como é esse processo?

Q 13 - Há trilhas em que os visitantes possa realizar de maneira guiada ou autoguiada?

-Você considera as sinalizações das trilhas suficientes para a localização/informação dos visitantes?

Q 14 - Existe um programa de visitação diferenciado de acordo com o público, como por exemplo, moradores da região, turistas, grupos escolares?

Q 15 - Refletindo sobre tudo que foi falado: após ser contratado como funcionário do Parque, sua visão a importância do mesmo foi alterada? No que mudou?